

Sumário

Agradecimentos.....	VII
Prefácio	IX
1. Introdução.....	1
2. O Pós-Positivismo e o Pensamento Alexyano	9
2.1 Origens, características e desafios do Pós-positivismo.....	9
2.2 Argumentação Jurídica	14
2.2.1 Noções gerais: a Teoria da Argumentação Jurídica alexyana	14
2.2.2 Discurso jurídico: um caso especial do discurso prático geral... ..	17
2.2.3 Críticas e deficiências.....	20
2.2.4 Limites e condicionantes	24
2.2.5 A Teoria da Argumentação Jurídica de Robert Alexy e o ordenamento jurídico brasileiro	26
2.3 A Teoria dos Princípios e o fenômeno da ponderação	27
2.3.1 Regras X Princípios	28
2.3.1.1 A multiplicidade de critérios	29
2.3.1.2 O cenário nacional e a multiplicidade de critérios.....	32
2.3.1.3 Humberto Ávila e os parâmetros distintivos entre regras e princípios: apontamentos e críticas.	33
2.3.1.3.1 Critério Hipotético-condicional.....	33

2.3.1.3.2 Critério do modo final de aplicação.....	35
2.3.1.3.3 Critério do conflito normativo	36
2.3.1.3.4 Critério do fundamento axiológico	41
2.3.1.3.5 Critério heurístico de alternativas inclusivas	42
2.3.2 Dever ser real X Dever ser ideal	44
2.3.2.1 Considerações gerais	44
2.3.2.2 Críticas e apontamentos.....	46
2.3.3 Ponderação	47
2.3.4 Regras e Princípios: a indissociabilidade	51
2.3.5 Princípios formais	54
2.3.5.1 Considerações gerais	54
2.3.5.2 Discricionariedade e ponderação	55
2.3.5.3 Princípios formais e discricionariedade	56
2.4 A dupla natureza do Direito	60
2.4.1 A Dimensão ideal ou crítica do Direito.....	61
2.4.1.1 Considerações Gerais.....	61
2.4.1.2 Objeções.....	64
2.4.1.3 A injustiça extrema	66
2.4.1.4 Considerações finais	70

2.4.2 A Dimensão real ou fática do Direito	71
2.4.2.1 Considerações gerais	71
2.4.2.2 Injustiça Extrema	73
2.4.2.3 Direito Brasileiro	73
2.4.2.4 Justificabilidade.....	75
2.4.3 Argumentação jurídica: caráter dual – o impacto da dupla natureza do direito no processo argumentativo.....	76
2.5 Pensamento de Robert Alexy enquanto sistema.....	78
3. Improbidade Administrativa; Contratação Temporária Irregular de Servidores Públicos; e os Rumos da Jurisprudência Pátria.....	85
3.1 Improbidade administrativa.....	85
3.1.1 Breve esboço histórico.....	85
3.1.2 A regulamentação em vigor e seus aspectos gerais.....	88
3.1.3 Conflito de interesses e improbidade administrativa.....	92
3.1.4 Conceito	95
3.1.5 Direito à boa administração e juridicidade administrativa.....	101
3.1.6 Natureza jurídica	105
3.1.7 Tipologia	117
3.1.7.1 Ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito	118

3.1.7.2 Ato de improbidade administrativa que importa lesão ao patrimônio público.....	119
3.1.7.3 Ato de improbidade administrativa decorrentes da concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário	123
3.1.7.4 Ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública	124
3.2 Contratação temporária de servidores públicos. Hipóteses de admissibilidade. Descumprimento. Improbidade administrativa. ...	126
3.2.1 Contratação temporária de servidores públicos	128
3.2.2 Contratação temporária de servidores públicos e improbidade administrativa	138
3.2.2.1 Breves considerações doutrinárias	138
3.2.2.2 Improbidade administrativa; contratação irregular de servidores públicos; e rumos jurisprudenciais.	141
4. Uma Releitura Alexyana da Improbidade Administrativa: em Busca de Cientificidade.....	165
4.1 Bases científicas sólidas	165
4.2 Delineamentos normo-fundantes da improbidade administrativa	169
4.3 Princípios constitucionais da Administração Pública.....	171
4.3.1 Considerações iniciais.....	171
4.3.2 Princípio da legalidade	177
4.3.3 Princípio da impessoalidade.....	180

4.3.4 Princípio da moralidade.....	183
4.3.5 Princípio da publicidade.....	188
4.3.6 Princípio da eficiência.....	191
4.4 Deveres impostos aos agentes públicos: noções gerais	193
4.5 Improbidade administrativa: uma proposta de análise em diferentes níveis	203
4.5.1 Considerações iniciais.....	203
4.5.2 Os diferentes níveis de análise	206
4.5.3 A contratação temporária irregular de servidores públicos; a improbidade administrativa; e os diferentes níveis de análise.....	214
5. Conclusão.....	231
Referências	237